



Região Sudeste

ENESP

Encontro das Empresas
de Segurança Privada

O Encontro das Empresas de Segurança Privada
volta com força total e Minas é escolhida
para sediar o retorno do grande evento

**CONTRATAR
SEGURANÇA
CLANDESTINA
É DOR DE CABEÇA
NA CERTA!**

**EVITE
PROBLEMAS!**



CONTRATE SOMENTE SEGURANÇA PRIVADA AUTORIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL.



Sindesp MG

Sindicato das Empresas de Segurança
e Vigilância do Estado de Minas Gerais

SAIBA MAIS: WWW.SINDESP-MG.COM.BR

A MARCA DA **TRANSPARÊNCIA** A FORÇA DA **SEGURANÇA**

Certifique a sua empresa!

O CRS – Certificado de Regularidade em Segurança é o aliado que os contratantes dos serviços de Segurança Privada precisam para garantir a tranquilidade em suas contratações. Criado pelo Sindesp-MG, o CRS é expedido por uma Certificadora independente, que audita e certifica as empresas que cumprem todas as suas obrigações legais, fiscais, tributárias e trabalhistas. Para os contratantes, a tranquilidade. Para as empresas de segurança, a credibilidade.

Conheça o regulamento do CRS e certifique a sua empresa. Acesse: www.sindesp-mg.com.br



Sindesp MG

Sindicato das Empresas de Segurança
e Vigilância do Estado de Minas Gerais



Por iniciativa da Fenavist, o Sindesp-MG tem o privilégio de sediar a próxima edição do Encontro das Empresas de Segurança Privada (Enesp) nos dias 27 e 28 de outubro. O evento se tornou um importante instrumento de integração das empresas do segmento em nível nacional.

A primeira edição do Enesp foi em 2005. Devido ao sucesso verificado em cada edição, o encontro se transformou em uma referência na discussão de temas ligados às atividades de segurança privada. Os veículos de comunicação dão ampla cobertura aos encontros, que contam com a presença de autoridades, lideranças sindicais e profissionais da área de segurança dos mais diversos estados.

Essa é mais uma garantia de que o Enesp vai alcançar seus objetivos e se consolidar

como um marco na agenda empresarial do setor. E a programação conta com a participação de profissionais que vão abordar temas de grande impacto para aqueles que atuam no segmento.

Especialmente em tempos de crise e transformações, somos convidados a melhor entender o nosso negócio, os desafios, os obstáculos e buscar soluções para superar entraves e fortalecer a atividade.

Fazemos votos de que as empresas e o público-alvo do Enesp correspondam às nossas expectativas e compareçam ao evento, participando efetivamente dos trabalhos e contribuindo para o enriquecimento dos debates – fatores determinantes para o sucesso do nosso encontro.

Um forte abraço!

Edson Pinto Neto
Presidente do Sindesp-MG



Nº 22 - Agosto 2016

A **Revista Em Ação** é uma publicação do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais - Sindesp-MG, Avenida Raja Gabaglia, 1492 - 10º andar - Gutierrez Belo Horizonte - MG - CEP: 30441.194 | Tel: (31) 3327-5300

Faça contato

Para enviar comentários, sugerir matérias, artigos ou registrar críticas, entre em contato conosco pelo telefone (31) 3327-5300 ou pelo e-mail sindesp-mg@sindesp-mg.com.br

Associe-se ao Sindesp-MG
www.sindesp-mg.com.br

NESTA EDIÇÃO



08

ENTREVISTA

Gestão eficiente previne autuações trabalhistas



12

SINDFAZ

Segurança clandestina na mira do Sindesp-MG



14

CAMPANHA CONTRA A SEGURANÇA CLANDESTINA

Em 2016: novas ações, novas estratégias



20

INTEGRAÇÃO

Sindesp-MG está pronto para sediar o maior evento de integração da segurança privada do país

16

CLANDESTINIDADE

Serviço de escolta armada não aceita amadores

18

ARTIGO

Formação de preço: o grande desafio

24

ECONOMIA

Inadimplência: onde vai parar?

30

JURÍDICO

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Edson Pinto Neto

Diretor-Vice-Presidente
Renato Fortuna Campos

Diretor-Secretário Administrativo
José Roberto Gustavo de Souza

Diretor Econômico-Financeiro
Vasco Veiga Alves

Diretor para Assuntos de Escolta Armada e Segurança Pessoal
Marcelo Oscar Ferlini

Diretor para Assuntos Sindicais e Cursos de Formação
Gilson Naves de Souza

Diretor Social
Carlos Marques T. Oliveira

Diretor para Assuntos de Mercado, Planejamento e Marketing
Christian Bernardo Sepulveda Toffalini

Diretor para Assuntos Jurídicos
Gustavo Augusto Castro e Lellis

Diretor para Assuntos de Segurança Eletrônica
Alexandre Andrade Magesk Belmiro



26

TRIBUTAÇÃO

Setor de serviços será atingido pela reforma do PIS e da Cofins



28

DESTAQUE

Grupo Protege: sempre à frente em todos os lugares



34

SAÚDE

O preconceito que mata



36

ROTEIRO DE MINAS

Descanso e diversão em apenas um lugar

32

LEGISLAÇÃO

Lei que proíbe revista íntima reascende a discussão no âmbito trabalhista

38

GASTRONOMIA

Jaboticaba na culinária é sinônimo de versatilidade e saborosos pratos

40

EMPRESAS ASSOCIADAS

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Romis Melito Ferrarez
José Afonso de Oliveira Cunha

Membros Suplentes

Hélio Carvalho Kneip
Bernardo Pereira Brandão
Antônio Edson Hautequestt Candal

Assessoria Jurídica

José Costa Jorge

Assessoria de Mercado

Planejamento e Marketing
Valéria Teixeira

Jornalista Responsável

Flávia Presoti (MG 05533 JP)
Presoti Comunicação

Revisão

Versão Final

Redação

Flávia Presoti
Anna Carolina Ludendorff
Yan Fernandes

Capa, Diagramação e Projeto Gráfico

CYB Comunicação

GESTÃO EFICIENTE PREVINE AUTUAÇÕES TRABALHISTAS

Com José Paulo Damaceno Pereira e Giordano Adjuto Teixeira



Dr. José Paulo Damaceno Pereira, advogado, economista, especialista em Direito e Processo do Trabalho e Membro da Comissão de Direito do Trabalho na OAB-PR



Dr. Giordano Adjuto Teixeira, advogado, especialista em Direito do Trabalho e Sindical e Membro da Comissão de Direito Sindical da OAB-MG

Para evitar autuações trabalhistas, as empresas devem apresentar normas, procedimentos, criar rotinas e segui-las à risca. Gestores e líderes dos departamentos de Recursos Humanos e de Pessoal das empresas de segurança privada precisam estar atentos aos detalhes trabalhistas e de legislação para evitar problemas futuros.

A Methodus Treinamento utilizou um estudo estatístico numa palestra ministrada para profissionais de Recursos Humanos e Departamento de Pessoal de empresas afiliadas. Os sócios da Methodus, Dr. José Paulo Damaceno Pereira e Dr. Giordano Adjuto Teixeira abordaram as autuações mais recorrentes aplicadas às empresas pela fiscalização do trabalho em 2015. Os especialistas apontaram os principais problemas encontrados pelos fiscais do trabalho nas empresas, ensinaram como as empresas devem receber os auditores fiscais, falaram sobre os reflexos do eSocial na Justiça do Trabalho e muito mais.

Sindesp-MG - Quais são os maiores problemas encontrados pelos fiscais do trabalho nas empresas?

Dr. Giordano Adjuto Teixeira e Dr. José Paulo Damaceno Pereira - Os fiscais se deparam com problemas na documentação. São livros de inspeção e outros documentos que fazem parte da vida do trabalhador na empresa que não estão disponíveis. É muito comum o fiscal pedir que sejam apresentados recibos de pagamentos, de férias, cartões ponto. Normalmente as empresas não dispõem desses documentos à mão e, muitas vezes, não têm esses documentos arquivados. A falta dessa documentação acarreta não somente uma multa, pois serão lavradas a multa

pela não apresentação do documento e outras decorrentes do descumprimento da legislação trabalhista. Por isso, é muito importante ter um arquivo bem-estruturado.

Sindesp-MG - **Na opinião dos senhores, esses problemas são decorrentes de quais fatores?**

Dr. Giordano Adjunto Teixeira e Dr. José Paulo Damasceno Pereira - Os problemas são decorrentes da falta de um arquivo bem-estruturado, físico ou virtual, e uma comunicação constante entre DP/RH com os supervisores e coordenadores dos serviços. Em função do grande número de trabalhadores que uma empresa de serviços terceirizados tem, há um grande número de documentos que devem ser preenchidos e assinados. É importante dizer que, muitas vezes, os documentos não são preenchidos corretamente. Esse fator traz problemas para a empresa, em caso de uma fiscalização.

Sindesp-MG - **Quais medidas as empresas devem tomar diante das normas trabalhistas para gerar resultados efetivos?**

Dr. Giordano Adjunto Teixeira e Dr. José Paulo Damasceno Pereira - É importante que as empresas criem rotinas e que essas rotinas sejam seguidas à risca. Com a estruturação de uma rotina de passos a serem seguidos, os problemas serão reduzidos drasticamente. O responsável pela rotina a ser seguida deve observar se o que é prescrito está sendo seguido. Quando algum evento não for seguido, cabe ao responsável verificar o que aconteceu de errado e corrigir imediatamente. Com isso, os problemas deixam de existir. Caso haja uma fiscalização, os documentos ficam arquivados e preenchidos corretamente. É importante frisar que, com o eSocial, as empresas devem ter uma rotina de eventos para que o eSocial possa ser cumprido de forma satisfatória.

Sindesp-MG - **Na opinião dos senhores, que tipo de rotina empresarial os departamentos de Recursos Humanos e de Pessoal devem adotar para evitar autuações trabalhistas?**





Dr. Giordano Adjunto Teixeira e Dr. José Paulo Damasceno Pereira - Devem criar rotinas que contemplem desde a admissão do funcionário, passando por eventos sazonais, como férias e exames médicos, até o seu desligamento.

Cada etapa prevê inúmeros atos a serem praticados e de forma determinada. Caso não siga o que preconiza a lei, a empresa vai ser autuada por descumprimento da legislação. Muitas vezes, a empresa paga corretamente, mas não tem documentos que comprovem com exatidão o evento pago.

***Sindesp-MG* - O Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego é visto por muitas empresas como inimigo. Falar sempre a verdade é o melhor caminho?**

Dr. Giordano Adjunto Teixeira e Dr. José Paulo Damasceno Pereira - O auditor cumpre a função que a ele foi designada. Caso não o faça, ele vai responder por seus atos ou por suas omissões, podendo até vir a perder a função. Portanto, não devemos vê-lo como um inimigo. Devemos nos preocupar em cumprir a legislação e ter os documentos que comprovem que a legislação foi cumprida corretamente. Falar a verdade é sempre o melhor caminho, pois, muitas vezes, a empresa pode se adequar ao que foi pedido pelo auditor e escapar de problemas maiores no decorrer do tempo.

***Sindesp-MG* - Como as empresas devem receber os auditores fiscais?**

Dr. Giordano Adjunto Teixeira e Dr. José Paulo Damasceno Pereira - As empresas devem recebê-los de uma forma adequada e, sempre que possível, com duas pessoas. É preciso atender aos pedidos feitos pelo auditor e sempre exigir que tais pedidos sejam feitos por escrito. Devem também procurar sempre o diálogo e tentar se adequar ao que a legislação prevê.

***Sindesp-MG* - Visando orientar e manter permanentemente atualizados os auditores fiscais do trabalho, a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) editou a Portaria 73/2008, com a última versão do ementário utilizado para a lavratura de autos de infração. Como os senhores avaliam a utilidade desse docu-**

mento para as empresas?

Dr. Giordano Adjunto Teixeira e Dr. José Paulo Damaceno Pereira - O eSocial, que foi disponibilizado aos participantes da palestra, é a “bíblia” do auditor do trabalho. Lá estão capituladas todas as infrações passíveis de multa.

Dessa forma, seria importante que os DPs e RHs das empresas tivessem à mão o eSocial e vissem quais as infrações que podem estar cometendo em determinado grupo. No item sobre jornada, os profissionais podem ver quais são as infrações que têm o maior número de autuações. Sabendo disso, podem verificar se estão agindo corretamente. Caso não estejam, devem tomar as medidas preventivas para sanar esses erros.

**"AS EMPRESAS
PRECISAM CRIAR
ROTINAS E SEGUIR
À RISCA PARA
EVITAR FUTUROS
PROBLEMAS."**

***Sindesp-MG* - O eSocial é um projeto do governo federal que pretende unificar as informações do mercado de trabalho no Brasil. Como as empresas de segurança e vigilância privada devem se preparar para enfrentar os impactos do eSocial?**

Dr. Giordano Adjunto Teixeira e Dr. José Paulo Damaceno Pereira - O eSocial é um projeto que virá a ser instalado com certeza. Há uma equação simples de ser entendida: o governo precisa de dinheiro. As empresas fornecem esse dinheiro por meio dos impostos, mas muitas sonégam. Como há uma média de 9 milhões de empresas no país e somente 250 mil são fiscalizadas in loco, o eSocial vai fazer essa realidade mudar. Afinal, as empresas vão ser fiscalizadas on-line. As empresas devem criar rotinas de trabalho, fazer uma auditoria para verificar se estão procedendo corretamente e, o mais importante: devem treinar e capacitar seus colaboradores para que possam enviar as informações corretas pelo

sistema do eSocial. Com essas medidas, as empresas podem se adequar ao eSocial sem grandes traumas.

***Sindesp-MG* - O eSocial vai modernizar a fiscalização trabalhista?**

Dr. Giordano Adjunto Teixeira e Dr. José Paulo Damaceno Pereira - Vai modernizar e muito. O número de empresas fiscalizadas é ínfimo se compararmos com o número de empresas no país. O eSocial vai promover uma mudança drástica na forma de inspeção, pois a fiscalização vai ser on-line, em tempo real. As informações prestadas serão analisadas por outros órgãos que vão atuar as empresas em caso de descumprimento da legislação. Atualmente a fiscalização se baseia no passado. Com o eSocial, a fiscalização vai ser feita sobre a situação atual e a passada. Haverá uma mudança total no paradigma da fiscalização no país.

***Sindesp-MG* - Quais são os reflexos do eSocial na Justiça do Trabalho?**

Dr. Giordano Adjunto Teixeira e Dr. José Paulo Damaceno Pereira - Com o eSocial, estima-se que as reclamações trabalhistas devam cair muito, pois as empresas vão prestar as informações on-line, inclusive os recolhimentos. Logo, vão restar poucos assuntos a serem discutidos na justiça trabalhista. Imagine que uma empresa deixe de recolher as férias. Ela será autuada on-line. Caso não pague o valor que deixou de recolher, a empresa sofre maiores sanções pecuniárias. Por essa razão, essa falta de pagamento ao trabalhador não será discutida na justiça do trabalho. Tem mais: quando da realização da audiência, o juiz do trabalho vai ter acesso aos recolhimentos de FGTS e de demais rubricas. A empresa não terá como sonegar essas informações.

SEGURANÇA CLANDESTINA NA MIRA DO SINDESP-MG

As empresas clandestinas de
segurança privada sempre
foram alvo do Sindesp-MG



Não é segredo para o mercado de segurança privada que as empresas que contratam os serviços irregulares alimentam a indústria criminosa da segurança clandestina.

Visando combater essa prática irregular que coloca em risco toda a população, o Sindesp-MG em toda a sua trajetória, criou estratégias e ações orientando tomadores de serviços e cobrindo a contratação indevida.

As ações são voltadas especialmente para o contratante dos serviços de segurança. A ideia é reforçar a mensagem de que a empresa tomadora de serviços irregulares de segurança é a principal responsável por problemas que possam surgir devido a essa prática ilegal e irresponsável.

CRS - A MARCA DA TRANSPARÊNCIA E A FORÇA DA SEGURANÇA

Com o objetivo de diferenciar as empresas regulares e contribuir para a tranquilidade de quem contrata uma empresa de segurança, o CRS foi criado em 2006. Sua divulgação foi feita por e-mail marketing, outdoor e distribuição de folhinhos via correio.

SEGURANÇA PRIVADA SEM AUTORIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL É CRIME

Iniciada em 2007, essa campanha contou com a veiculação de spots nas rádios CBN e Itatiaia, apresentação de VT na Rede Globo de Televisão, anúncio na Revista do Minas Tênis Clube, backbus em Belo Horizonte e outdoor nas principais cidades do interior do estado.

SEGURANÇA PRIVADA - CONTRATE CORRETAMENTE

Outra etapa dessa campanha teve o "Guia de Orientação ao Contratante de serviços de se-

gurança", que foi distribuído aos principais contratantes desse serviço em Minas Gerais.

NÃO CONTRATE UM CRIMINOSO PARA DEFENDÊ-LO

Novo mote e novo layout foi elaborado em 2009 e teve sua veiculação nas revistas da Companhia Aérea Gol, da Azul Linhas Aéreas, Veja BH e Encontro.

As pessoas continham a mensagem de alerta para contratar uma empresa de segurança que seja devidamente habilitada e autorizada pela Polícia Federal.

VIGILÂNCIA FORA DA LEI

O tema Segurança Clandestina foi capa do Jornal Estado de Minas, edição de 24 de julho de 2012. A matéria foi gerada graças a um trabalho de assessoria de imprensa desenvolvido pelo Sindesp-MG.

SEGURANÇA PRIVADA - SAIBA COMO CONTRATAR EMPRESAS DE SEGURANÇA COM SEGURANÇA

Em 2013, o guia de orientação ao contratante dos serviços de segurança foi reeditado e distribuído novamente aos principais contratantes desse serviço.

CONTRATAR UMA EMPRESA LEGALIZADA NÃO TEM ERRO - PARA NÃO ERRAR É PRECISO SABER

Em 2013, novo layout; novo folhinho.

REVISTA EM AÇÃO

A revista da entidade, em todas as suas edições, publica matérias, artigos e anúncios sobre o assunto. Das últimas 15 edições, sete apresentaram o tema como matéria de capa.

CAMPANHA CONTRA A SEGURANÇA CLANDESTINA

EM 2016: NOVAS AÇÕES, NOVAS ESTRATÉGIAS

Este ano, peças publicitárias mais impactantes vão povoar outdoors, backbus, jornais e painéis de led, além da veiculação de spots na rádio BandNews. A ação inclui a intensificação do diálogo com órgãos fiscalizadores

Yan Fernandes

Atuando em conjunto com a segurança pública, a Segurança Privada visa garantir a integridade física e a segurança de indivíduos e patrimônios públicos e privados. O crescimento e a qualificação do setor só não são maiores por causa da existência de empresas clandestinas que ainda atuam no mercado. Essa concorrência desleal coloca em risco a vida e o empreendimento do contratante. O tomador do serviço não tem garantias de que o profissional contratado tenha capacitação e bons antecedentes nem que as empresas tenham autorização de funcionamento.

Para informar e alertar a população sobre esses riscos, o Sindesp-MG acabou de lançar a campanha contra a Segurança Clandestina 2016: Novas Ações, Novas Estratégias. O objetivo é conscientizar os cidadãos e esclarecer sobre a importância da contratação do serviço regular de segurança privada.

Christian Toffalini, diretor de marketing do Sindesp-MG e responsável pela campanha, explica que a iniciativa abrange o alinhamento de estratégias que visam a informação e o fortalecimento do setor de segurança privada.

Neste ano, a campanha tem o reforço de duas peças publicitárias que trazem imagens



impactantes para convidar o público a refletir sobre os perigos da segurança clandestina. Além disso, foram produzidos spots para serem veiculados na Rádio BandNews. A ação será divulgada em outdoors, backbus (publicidade na parte traseira do ônibus), no jornal Tudo e em painéis de led.

O Sindesp-MG quer avançar ainda mais no combate a empresas irregulares neste ano, como explica o presidente Edson Pinto Neto. “Existe uma preocupação grande da entidade com a erradicação da segurança clandestina. Esse é um problema que acarreta prejuízo ao setor, aos vigilantes e aos tomadores dos serviços. Em 2016 vamos estreitar ainda mais o nosso relacionamento com a Polícia Federal e o Corpo de Bombeiros. E vamos pressionar os órgãos de fiscalização para fechar empresas que atuam clandestinamente”, conta.

Para a gerente de contratos do Grupo Magnus, Elizabeth Silva, a ação tem formato didático. Assim o contratante aprende a analisar se a empresa de vigilância escolhida é regular ou não. “A segurança clandestina é um problema cultural. Só com campanhas de mobilização das empresas, das autoridades e dos sindicatos é que vamos conse-

guir fechar essas instituições que ferem a segurança da sociedade”.

Segundo o gerente da Macor Security, Afonso Oliveira, a fiscalização precisa aumentar, e a conversa com a Polícia Federal e o Corpo de Bombeiros deve se intensificar. “As pessoas não são muito acessíveis. Elas não entendem que milhares de empregos estão em risco. É necessário manter um contato mais estreito com os órgãos de fiscalização e conscientizar os colaboradores no âmbito externo e interno para que eles multipliquem a campanha”.

No Brasil existem mais de 2,5 mil empresas de segurança privada legalizadas. No entanto, o número de empresas clandestinas que atuam no setor é quase o dobro. Esse fenômeno causa a chamada “concorrência predatória”.

De acordo com a Lei 7.102/83, que regulamenta o setor da segurança privada, apenas empresas autorizadas pela Polícia Federal podem prestar serviços de segurança privada. Além disso, os profissionais – vigilantes – devem fazer o curso de formação de vigilantes em escola autorizada pela Polícia Federal e ser cadastrados na instituição.



SERVIÇO DE ESCOLTA ARMADA NÃO ACEITA AMADORES

Vigilantes precisam ter capacidade técnica e preparação psicológica compatível com a função, e as empresas devem estar devidamente regulamentadas

Flávia Presoti

A insegurança para quem transporta objetos de valor pelas rodovias brasileiras tem levado empresas de vários segmentos a investir na contratação dos serviços de escolta armada.

Homens bem-treinados, armados, rastreamento via satélite e os inúmeros investimentos feitos pelos donos das empresas de segurança privada em tecnologia de ponta dificultam as ações dos bandidos nas rodovias brasileiras.

Mesmo com todos os cuidados, o número de roubos de carga nas estradas brasileiras ainda assusta.

A Região Sudeste é a que apresentou o maior número de ocorrências em 2014. Os dados foram divulgados pela Assessoria de Segurança da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC & Logística). São 85,31% no Sudeste, 4,87% no Sul, 6,56% no Nordeste, 2,11% no Centro-Oeste e 1,15% no Norte do país. A NTC & Logística é a legítima representante dos setores de transporte de cargas e logística brasileiros. Com sede em São Paulo, a entidade é constituída por empresas associadas de todo o Brasil.

Dentre os produtos mais visados estão os alimentícios, cigarros, eletroeletrônicos, farmacêuticos, químicos e as autopeças. Foram 17,5 mil ocorrências, com prejuízos de R\$1 bilhão.

Diante desse cenário, o serviço de escolta armada é a principal medida preventiva para as empresas transportadoras de produtos de alto valor agregado.

Contratar bem reduz os riscos de roubo e é fundamental para o sucesso da operação. Quem garante é o diretor do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais (Sindesp-MG), Marcelo Ferlini.

Ele comenta que um dos principais problemas na contratação do serviço são as empresas

clandestinas que atuam no mercado sem autorização da Polícia Federal.

Para evitar dor de cabeça, não só de qualidade como de corresponsabilidade, Marcelo Ferlini orienta os contratantes a conhecer o prestador de serviço e os requerimentos da legislação de segurança privada aplicáveis a essa atividade.

“A contratação de um serviço de escolta armada clandestino traz prejuízos financeiros e morais para o mercado. A contratação de empresas clandestinas pode trazer consequências, como a má prestação de serviço, a incapacidade para solucionar problemas dos clientes, o desrespeito ao pagamento de impostos e aos direitos dos trabalhadores, a pontualidade no pagamento de salários e as exigências de cursos de formação e reciclagem. Quem contrata deve se preocupar em procurar uma empresa legalizada. Empresas clandestinas devem ser denunciadas à Polícia Federal e às entidades de classe laboral e patronal”, diz Ferlini.

Outra dica é buscar referência no mercado sobre a empresa que está pensando em contratar e exigir a documentação prevista em Lei.

Cuidados como esses evitam problemas com a carga e aborrecimento do cliente.

De acordo com dados do Sindicato dos Seguranças e Vigilantes de Minas Gerais, existem 2 mil vigilantes regularizados na profissão de escolta armada em Minas Gerais, mas somente 600 estão na ativa e estima-se que cerca de 500 profissionais atuam de forma irregular.

Edilson Silva, Secretário-Geral do Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais explica que geralmente os clandestinos cobram mais barato pela prestação de serviços. A maioria deles é composta por policiais militares vindos principalmente dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. “É uma injustiça, uma desigualdade que prejudica os vigilantes regulares, cadastrados pela Polícia Federal,

que não têm antecedentes criminais, investiram em cursos de formação em escolta armada e para as empresas que trabalham dentro da lei”, diz.

A quantidade de denúncias recebidas pelo Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais e encaminhadas à Polícia Federal referentes a serviços prestados de escolta armada por profissionais clandestinos no período de janeiro a julho de 2016 é preocupante. “O número de denúncias subiu aproximadamente 60% de janeiro a julho de 2016 em relação ao mesmo período de 2015”.

Para um vigilante que não quis ter seu nome revelado, PDR, 43 anos, casado e pai de dois filhos, a profissão de agente de escolta armada é uma atividade de risco e é preciso estar muito bem preparado para exercê-la. “Conheço alguns policiais militares que estão atuando irregularmente no mercado de escolta armada. Não têm curso de formação, não passaram pelos treinamentos exigidos pela Polícia Federal e cobram valores bem abaixo do piso salarial da categoria. É um absurdo não haver fiscalizações rígidas”, diz.

Ao contratar um serviço de vigilância em escolta armada, o contratante deve exigir que a empresa tenha competência técnica e habilitação legal para prestar serviços de escolta armada no estado onde o serviço tem início. Para isso, o cliente deve solicitar a Autorização de Funcionamento onde esteja incluída a prestação de serviços de escolta armada.

A Portaria 3233/2012 estabelece como requisitos para a Empresa de Segurança Privada obter Autorização para Escolta Armada:

I - possuir autorização há pelo menos um ano na atividade de vigilância patrimonial ou transporte de valores; II - contratar, e manter sob contrato, o mínimo de oito vigilantes com extensão em escolta armada e experiência mínima de um ano nas atividades de vigilância ou transporte de valores; e III - comprovar a posse ou propriedade de, no mínimo,

dois veículos, os quais deverão possuir as seguintes características: a) estar em perfeitas condições de uso; b) quatro portas e sistema que permita a comunicação ininterrupta com a sede da empresa em cada unidade da federação em que estiver autorizada; e c) ser identificados e padronizados, com inscrições externas que contenham o nome, o logotipo e a atividade executada pela empresa. Os vigilantes empenhados na atividade de escolta armada devem compor uma guarnição mínima de quatro vigilantes, por veículo, já incluído o condutor, todos especialmente habilitados. Nos casos de transporte de cargas ou valores de pequena monta, a critério do contratante, a guarnição referida no caput poderá ser reduzida até a metade”.

A execução da escolta armada começa obrigatoriamente no âmbito da unidade da federação em que a empresa tenha autorização”.

“As contratantes devem também ficar atentas às práticas de preços cobrados pelo mercado. Dentro do mesmo patamar de legalidade e qualidade, os custos mais importantes são comuns a todas as empresas: salários, benefícios,

combustível, pedágio, encargos trabalhistas, impostos, etc. O que pode variar é a taxa de administração e lucratividade e eventuais aproveitamentos que a prestadora possa realizar nos seus roteiros, mas não pode haver distorções significativas nos valores. Não há mágica nem gestão que justifique variações significativas de preços. Se a diferença de valores chama a atenção do Contratante, sugiro verificar se a empresa está em dia com suas contribuições previdenciárias e FGTS e as bases consideradas para cálculo dessas contribuições, assim como solicitar outras Certidões que comprovem a qualificação tributária da empresa”, recomenda Ferlini.

Ferlini explica que uma contratação errada pode acarretar para a Contratante problemas de atendimento aos seus clientes, responsabilidade solidária e comprometimento de sua Marca e Imagem, assim como, de pronto, não ter reconhecida a cobertura securitária de um incidente. Os clientes, as seguradoras e as gerenciadoras de risco cumprem um papel fundamental no combate à clandestinidade na escolta armada.

"A CONTRATAÇÃO DE UM SERVIÇO DE ESCOLTA ARMADA CLANDESTINO TRAZ PREJUÍZOS FINANCEIROS E MORAIS PARA O MERCADO"

MARCELO FERLINI,
DIRETOR PARA ASSUNTOS DE ESCOLTA ARMADA E SEGURANÇA PESSOAL

FORMAÇÃO DE PREÇO: O GRANDE DESAFIO

Vaníria Ferrari Pinheiro Chaves
Economista
Coordenadora de Cursos
do Centro Universitário Una



O processo de formação de preço é um dos grandes desafios das empresas. Segundo o economista da escola clássica Adam Smith, um produto ou um serviço tem dois valores: preço natural (preço de equilíbrio determinado pelos custos de produção e a margem de lucro) e preço de mercado (preço estabelecido pelo equilíbrio das forças da oferta e da demanda). O grande desafio está em como estipular um preço justo que cubra custos, despesas e margem de lucro e que atenda às demandas de mercado.

O lucro é o objetivo de toda empresa não filantrópica. Por outro lado, existem variáveis que impactam diretamente a formação do preço, que são os custos de produção diretos e indiretos e as despesas fixas e variáveis.

Vale lembrar que o preço do produto ou do serviço é o que definirá a receita gerada pela empresa. Toda empresa tem uma estrutura de capital e fontes de recursos financiando suas aplicações operacionais. Para a empresa produzir ou prestar serviços, ela terá que definir uma estrutura de capital para financiar sua necessidade operacional de caixa. O objetivo final de todo esse processo é gerar uma receita capaz de cobrir todos os gastos, custos e despesas, aqui incluindo os custos das fontes de recursos, além de permitir um retorno: o lucro. Para que essa receita seja suficiente para cobrir todos os gastos, é preciso que o preço seja criteriosamente calculado.

Infelizmente o setor de segurança privada conta com um agravante: as licitações públicas. Na

sua maioria, empresas praticam preços abaixo do preço natural, ou seja, do preço estipulado pela empresa como suficiente para cobrir gastos e obter margem de lucro. Visando ganhar a concorrência, essas empresas estipulam preços inexequíveis. Isso pode levar a empresa a não conseguir cumprir o contrato, por não ter estrutura financeira adequada. Mas, então, como enfrentar esse desafio?

O setor de segurança privada tem muitas especificidades que tornam o processo de formação de preço ainda mais complexo. Um dos aspectos mais importantes na formação de preço se refere à correta identificação e apropriação dos custos do serviço. O custo do serviço envolve mão de obra (salário, horas extras, adicional noturno, adicionais de periculosidade e de insalubridade, descanso semanal remunerado (DSR) e demais itens específicos e os encargos sociais); insumos (uniformes, equipamentos, vale-alimentação, vale-transporte, treinamento, seguro de vida, convênios, dentre outros). Além dos custos, somam-se as despesas administrativas e os tributos.

No custo de mão de obra, é muito importante que sejam considerados o passivo trabalhista e os direitos remuneratórios. Além dos custos normais de folha de pagamento citados acima, é importante incluir verbas rescisórias para contingências. No setor de segurança privada, um posto de serviço de 24 horas chega a representar mais de 50% da folha de pagamento e de encargos. A melhor forma de calcular preço nesse setor é embasar-se no custo da hora trabalhada. Os custos diretos, indiretos, as despesas e a margem de lucro devem ser incluídos no cálculo para que a empresa possa obter um valor de custo total por hora.

O grande desafio, ressalta-se, está na formação de um preço capaz de sustentar a empresa e, ao participar das licitações e de outras formas de concorrência de mercado, ter claro o preço mínimo que pode ser praticado sem comprometer a saúde financeira da empresa.



FOTOGRAFIA
EMPRESARIAL

produção de imagens e vídeos institucionais
eventos corporativos

contato@fotografiaempresarial.com.br

www.fotografiaempresarial.com.br

Belo Horizonte 31 98677 4824 / 3043 1657

SINDESP-MG ESTÁ PRONTO PARA SEDIAR O MAIOR EVENTO DE INTEGRAÇÃO DA SEGURANÇA PRIVADA DO PAÍS

Fenavist promove mais uma edição do Encontro de Empresas de Segurança Privada (Enesp). A capital mineira foi escolhida como anfitriã

Flávia Presoti

As empresas estão cada vez mais conectadas com as tendências de gestão, serviços e benefícios relevantes à atividade de segurança privada, qualificação profissional e treinamento. Para impulsionar os negócios do segmento, a Fenavist promove o Encontro de Empresas de Segurança Privada - Região Sudeste. O evento vai contar com a presença de empresários da segurança privada, representantes de órgãos públicos e autoridades de vários estados brasileiros. O encontro será nos dias 27 e 28 de outubro, no Hotel Ouro Minas, em Belo Horizonte.

Considerado o maior evento da categoria no Brasil, a 1ª edição do Enesp ocorreu em 2005, na cidade de Manaus/AM.

Mais de 200 pessoas participaram da primeira edição do Enesp. Nascia, assim, o Encontro de Empresas de Segurança Privada (Enesp).

O evento foi criado com o intuito de implantar uma nova política de reuniões para agregar e integrar o maior número de empresários do segmento da segurança privada provenientes de todas as regiões do Brasil.

Mais do que a geração de network, o Enesp sempre foi e vai continuar sendo um espaço de troca de informações, de qualificação profissional, de apresentação de serviços e benefícios relevantes à atividade, discutidos e tra-

tados pela Federação e pelos Sindicatos.

O Sindesp-MG é o anfitrião desta edição do Enesp. Para o presidente Edson Pinto Neto, o evento é de grande importância para o segmento da segurança privada, pois promove o conceito de modernização e melhora a imagem do setor diante da comunidade e do mercado. O Enesp aproxima a Fenavist e os sindicatos de suas bases locais (empresas e órgãos reguladores), além de agregar e integrar os públicos de interesses das regiões (contratantes, prestadores de serviço, agentes reguladores e profissionais do setor).

Agostinho Gomes é empresário do setor e presidente do Sindesp de Pernambuco, vice-presidente de Transporte e Valores da Fenavist, da Associação Brasileira de Transporte de Valores (ABTV) e vice-presidente de Transporte de Valores da Associação Nacional de Transporte de Valores (ANTV). Para ele, a retomada do Enesp é de grande importância para o segmento da segurança privada. “Para o setor, o Enesp é a maior integração dos empresários da segurança privada com a Polícia Federal e os representantes do Ministério Público. O evento nunca deveria ter sido suspenso. Na minha opinião, a criação do Enesp é a melhor ação da Fenavist. Vou participar do encontro na capital mineira por entender que é um evento que agrega valores ao nosso segmento”, ressalta.



ENESP

Encontro das Empresas de Segurança Privada

Para o empresário, vice-presidente para Assuntos de Secretaria da Fenavist e um dos idealizadores do evento, Odair Conceição, o Enesp consegue mobilizar uma grande parte dos empresários da segurança privada e transmite conhecimento especializado sobre o setor. É uma oportunidade de aproximar empresas, empresários do segmento e representantes de entidades. Odair participou de todas as edições do Enesp e faz questão de estar presente nesta. “O Enesp é uma grande oportunidade para que haja a interação dos representantes da região, para que os participantes conheçam um pouco mais sobre a segurança privada, soluções para o futuro e as dificuldades do setor. O Enesp nasceu com o intuito de percorrer os estados brasileiros levando informações qualificadas e atuais para os participantes. É o único evento capitaneado pelo órgão máximo da segurança privada, a Fenavist. Por meio desse evento, é possível mostrar para representantes de vários estados brasileiros a grandiosidade da Fenavist e sua atuação no segmento da segurança privada”.

Em Minas Gerais, o evento acontece pela segunda vez. A primeira edição no estado mineiro foi realizada no ano de 2007. O Enesp já marcou presença nos seguintes estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Rio Grande do

Norte, Maranhão, Sergipe, Ceará, Pará, Acre, Rondônia, Distrito Federal, Tocantins, Goiás e Mato Grosso. O evento já reuniu mais de 5 mil pessoas.

O empresário José Jacobson Neto lembra orgulhoso da sua participação em mais de 80% dos eventos e avalia o Enesp como um encontro de grande importância para os empresários da segurança privada. “Todos os Enesps trouxeram muito aprendizado e muita troca de conhecimento. Vários temas importantes foram colocados em pauta. Entre eles, destaco o Estatuto da Segurança Privada que, na minha opinião, é extremamente relevante para o desenvolvimento do setor”, comenta.

Temas como a importância da Fenavist e dos Sindicatos no contexto da segurança privada; o poder regulamentador e fiscalizador da Polícia Federal; a visão do contratante sobre o serviço de segurança privada; a prevenção de perdas; o risco de vender a preços inexequíveis; aspectos da contratação e da regulamentação de preço no Governo Federal; Planejamento de Segurança Privada Corporativa; papel da segurança privada na segurança pública; a nova missão da segurança empresarial; fusões e aquisições; gestão familiar; a relação fornecedor versus tomador de serviços na ótica do gestor de segurança e o futuro da terceirização no Brasil estão entre os objetos de discussão de empresários e especialistas.

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO

27 DE OUTUBRO • QUINTA-FEIRA

14h30 | Credenciamento

15h30 | Abertura

16h | **CONTROLE DA SEGURANÇA PRIVADA E GESP**

Dr. Licínio Nunes M. Netto
Chefe da Divisão de Processos Autorizativos de Segurança Privada - CGCSP/DIREX/PF
Professor de Segurança Privada na Academia Nacional de Polícia

17h15 | Coffee Break

17h45 | **A ATIVIDADE EMPRESARIAL NO BRASIL - Entraves do presente e oportunidades para o futuro**

Dr. Danilo de Araújo Carneiro
Juiz do TRE - ES
Advogado, Representante da OAB - ES

19h | **LANÇAMENTO DA CARTILHA "Como contratar Segurança Privada Legal e Qualificada"**

28 DE OUTUBRO • SEXTA-FEIRA

9h30 | **ANÁLISE DE RISCOS**

Tácito Augusto Silva Leite
Especialista em Gestão de Riscos de Segurança
Autor do livro: "Gestão de Riscos na Segurança Patrimonial"

10h15 | Coffee Break

10h45 | **VENDAS DE ALTO IMPACTO - Perca o negócio, mas não perca no negócio!**

Rodrigo Lang
Especialista em Gestão de Corte de Custos e Maximização de Resultados
Palestrante nas áreas de Empreendedorismo, Vendas e Motivação Empresarial

12h | Encerramento

INSCRIÇÕES PELO EMAIL
marketing@sindesp-mg.com.br

- Inscrições gratuitas para empresários e profissionais ligados ao segmento de Segurança Privada.
- Vagas limitadas para demais interessados.

Tranquilidade é tudo o que sua empresa quer quando contrata um Seguro de Vida em Grupo.



Produtos exclusivos e desenvolvidos através de Análise de Mercado.

Veja algumas vantagens:

- Regulação de Sinistro.
- Agilidade nos processos do RH.
- 12 diferenciais que o mercado não possui.

A Mezzo disponibiliza o Seguro de Vida em Grupo ideal para sua empresa de vigilância.

Você e seus funcionários podem ficar tranquilos, proporcionamos uma cobertura completa na medida da sua empresa.

O maior benefício do nosso Seguro de Vida em Grupo, é que ele foi desenvolvido especialmente para o mercado de serviços terceirizados

Sabemos exatamente o que esse mercado necessita, e proporcionamos vantagens e benefícios que outros planos não oferecem.

Ligue agora mesmo para nossa Central de Atendimento.

Para mais informações entre em contato com a nossa Central de Atendimento, das 8h00 às 18h00 pelos telefones:

PABX: **11 - 3127 - 5400**
4003 - 5152
(capital e regiões metropolitanas)
0800 - 888 - 5152
(demais localidades)



MEZZO
planejamento

INADIMPLÊNCIA: ONDE VAI PARAR?

Provocada pela crise econômica brasileira, a onda de inadimplência de grandes contratantes atinge o setor de segurança privada. Atento aos acontecimentos do mercado, o Sindesp-MG está empenhado em denunciar a situação aos órgãos de fiscalização e controle

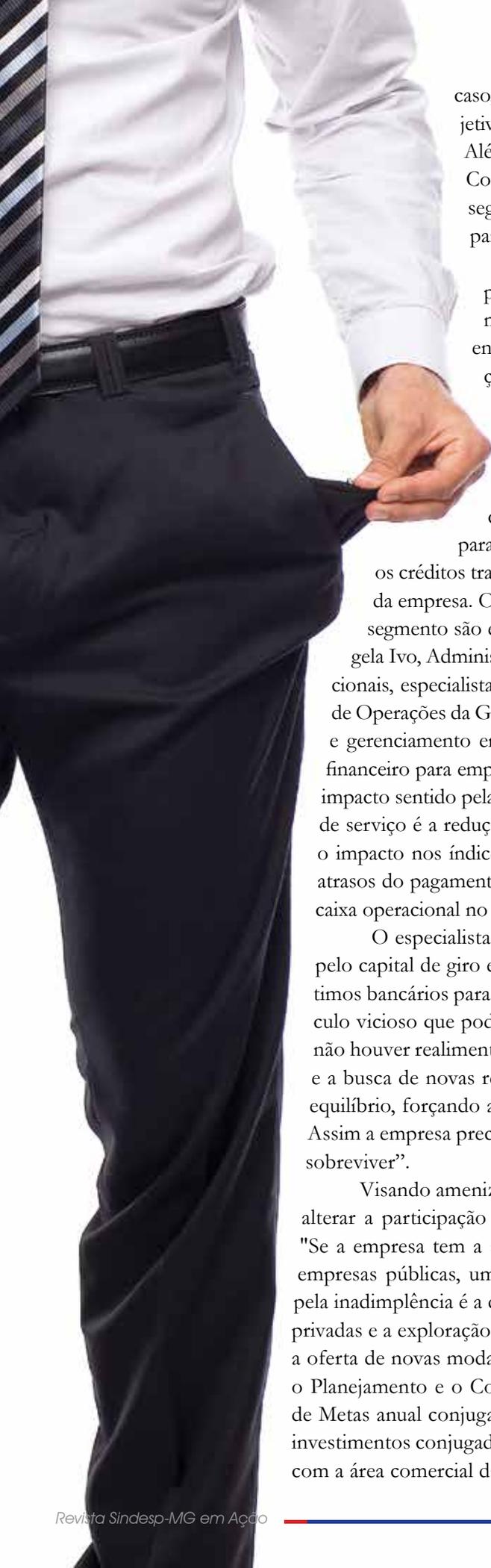
Flávia Presoti

O setor de Segurança Privada tem sofrido os impactos da crise econômica brasileira. O segmento não dispõe do número exato de empresas mineiras que estão com dificuldades de honrar mensalmente seus compromissos financeiros. Mesmo assim, os calotes e a inadimplência de grandes contratantes estão tirando o sono de empresários do setor de segurança privada. Órgãos públicos municipais, estaduais, federais e empresas privadas compõem a lista de inadimplentes.

O cenário está sendo desanimador, segundo o Assessor Jurídico do Sindesp-MG, o advogado José Costa Jorge. "As empresas de segurança privada e as de prestação de serviços terceirizáveis utilizam intensamente mão de obra. Esse fator é preponderante na formação dos seus custos. Se deixarem de receber regularmente, a sua saúde financeira fica comprometida, provocando um impacto terrível, especialmente no pagamento dos salários e dos benefícios assegurados aos trabalhadores".

O que os contratantes de serviços de segurança têm feito são verdadeiras pedaladas. Especialistas em licitação pública lembram que, para contratar um prestador de serviço, a empresa pública precisa fazer uma licitação. Isso só acontece se o dinheiro estiver garantido na dotação orçamentária. Alegações como a de que não existe recurso para pagar a dívida são inaceitáveis já que, na prática, o dinheiro de uma licitação é assegurado antes mesmo de a licitação ser feita.

José Costa Jorge conta que atuações sindicais já estão em curso visando o levantamento de informações sobre o número de empresas prejudicadas. "Estamos providenciando um levantamento com os empresários sobre o número de contratos atrasados, valores e identificação dos contratantes devedores. De posse de todos os dados, vamos concluir um inventário para denunciar a situação aos órgãos de fiscalização e controle. Esses órgãos incluem o Ministério do Trabalho, os Tribunais de Contas e, dependendo do



caso, até mesmo o Ministério Público do Trabalho. O objetivo é acusar a responsabilidade do gestor do contrato. Além disso, o Sindesp-MG estuda a implantação de uma Comissão de Mediação em benefício das empresas de segurança. Essa instância vai buscar promover acordos para a regularização desses passivos", diz.

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais (SRTE/MG) está ajudando a minimizar o problema promovendo inúmeras reuniões entre entidades e clientes. A revelação é da Chefe da Seção de Relações do Trabalho Dra. Alessandra Parreiras Fialho. Ela promove essa aproximação a pedido do Sindicato dos Vigilantes. Os encontros servem para discutir e tentar resolver as restrições que ameaçam a continuidade dos contratos. "Na maior parte dos casos, os participantes registram a 'operação casada' para que o tomador do serviço se comprometa a saldar os créditos trabalhistas diretamente, sem repasse nem intermediação da empresa. Os impactos que essa situação traz para as empresas do segmento são enormes e desastrosos. Essa é a visão de Geraldo Magela Ivo, Administrador de Empresas, ex-executivo de grandes multinacionais, especialista em marketing, finanças, comércio exterior e Diretor de Operações da GMC – empresa mineira especializada em administração e gerenciamento empresarial com atuação em planejamento e controle financeiro para empresas de pequeno, médio e grande porte. "O primeiro impacto sentido pelas empresas em casos de inadimplência dos tomadores de serviço é a redução drástica do capital de giro. A consequência disso é o impacto nos índices de liquidez seca e corrente que acaba provocando atrasos do pagamento dos funcionários por causa do impacto no fluxo de caixa operacional no curto e no médio prazo".

O especialista cita também que a inadimplência provoca a procura pelo capital de giro em instituições financeiras. "Ao recorrer aos empréstimos bancários para reforçar o capital de giro, a empresa entra em um círculo vicioso que pode agravar a sua viabilidade econômico-financeira. Se não houver realimentação do fluxo de caixa com recebimento dos créditos e a busca de novas receitas, as despesas financeiras deslocam o ponto de equilíbrio, forçando ainda mais a busca de receitas no mercado recessivo. Assim a empresa precisa cortar custos operacionais e reduzir despesas para sobreviver".

Visando amenizar os impactos nas empresas, Geraldo Magela sugere alterar a participação da formação da receita como medida emergencial. "Se a empresa tem a sua concentração maior de contratos firmados com empresas públicas, uma solução para tentar amenizar o impacto causado pela inadimplência é a diversificação da prestação de serviços para empresas privadas e a exploração de outros segmentos e nichos de mercado, mediante a oferta de novas modalidades de serviços. É recomendável também adotar o Planejamento e o Controle Econômico-Financeiro, com o uso do Plano de Metas anual conjugado com o orçamento operacional e o orçamento de investimentos conjugado com o fluxo de caixa operacional em plena sintonia com a área comercial da empresa", recomenda.

SETOR DE SERVIÇOS SERÁ ATINGIDO PELA REFORMA DO PIS E DA COFINS

Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) estima perda de 20% das vagas de emprego

Yan Fernandes

A provável alteração na cobrança do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) deve causar cerca de 2 milhões de desempregos no país em um ano. A informação está baseada nos dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT).

Se a unificação do PIS e da Cofins for efetivada, haverá um aumento na carga tributária, principalmente no setor de serviços, que representa quase 70% da economia brasileira. A opinião é do advogado tributarista e sócio da PwC Brasil, Leonardo Scarioli.

O especialista explica que o alto tributo não deve acarretar demissões de imediato, mas vai prejudicar as empresas que oferecem serviços que podem ser substituídos. “O aumento

dos impostos vai impactar na formação do preço. Alguns serviços são essenciais e com poucos substitutos. Assim o aumento de preço pode não afetar tanto a demanda. Contudo, aqueles que podem ser substituídos vão sofrer mais. O que se vê é o grande impacto que os tributos indiretos (aqueles que incidem sobre o consumo) trazem à economia. Eles não fazem distinção entre os que têm mais ou menos capacidade contributiva. O desemprego começa a ocorrer com as alterações da curva de demanda”.

Questionado sobre como a mudança na cobrança do PIS e do Confins pode prejudicar o setor de vigilância, Scarioli alerta para a possibilidade de a segurança clandestina se fortalecer com a medida. “O aumento dos tributos vai impactar somente as empresas formais. Portanto, pode-se concluir que a clandestinidade vai se beneficiar com a unificação do PIS e da Cofins. Além disso, o aumento dos preços vai levar os clientes a escolher a empresa que oferecer o menor custo”.

Uma pesquisa feita pela PwC e pelo Banco Mundial aponta que o Brasil é o país que mais depende horas para apurar e pagar tributos. Além de gastar muito com o próprio imposto, gasta-se muito tempo com obrigações acessórias. Não basta pagar. É preciso declarar da forma apropriada. As empresas norte-americanas gastam em média 175 horas por ano para apurar tributos. No Japão gastam-se 330 horas. Os vizinhos argentinos precisam de 405 horas. O segundo lugar no ranking dos que mais gastam horas é a Bolívia. Os bolivianos precisam de 1,025 mil horas. E o Brasil é o campeão com 2,6 mil horas.

É como pensa o presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (Febrac), Edgar Segato Neto: “esse aumento impacta diretamente no setor de serviços, chegando a cinco pontos percentuais em relação ao faturamento. “Isso quer dizer que, de cada dez postos de trabalho, dois devem ser eliminados, porque as empresas de serviços não vão ter como repassar esse aumento para o valor dos seus serviços.

Edgar alerta para a mudança na fórmula de pagamento. Segundo ele, as alterações vão refletir no dia a dia do cidadão, que vai sofrer com o alto tributo. “O aumento do PIS e da Cofins gera uma cadeia de efeitos que poderiam prejudicar todo o país. É fundamental que tenhamos um sistema mais simples, com redução do núme-

ro de impostos e ampliação da base contributiva. É preciso também desonerar a folha de salários para aumentar a competitividade e a eficiência econômica”, destaca o presidente da Febrac.

Segundo o IBPT, a mudança vai provocar um aumento dos dois tributos de 3,65% para 9,25%. A entidade estima que a medida deva afetar 1,5 milhão de empresas, que vão pagar R\$50 bilhões a mais em tributos.

A proposta de unificação do PIS e da Cofins vem sendo discutida desde o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, mas ainda não foi enviada ao Congresso Nacional.

A ideia do governo é unificar os impostos com somente uma alíquota de 9,25%. Em contrapartida, as empresas poderiam descontar o imposto pago pelos fornecedores de matéria-prima.

MAIS ALGUNS DADOS

“Por dia são editadas 35 normas em média. Cada empresa lida com aproximadamente 3,5 mil normas referentes às questões tributárias. Os gastos giram em torno de R\$ 45 bilhões por ano para a manutenção de pessoal, sistemas e equipamentos no acompanhamento das alterações legislativas. Os dados são do IBPT.

GRUPO PROTEGE: SEMPRE À FRENTE EM TODOS OS LUGARES

Com 45 anos de atuação, o Grupo Protege - controlador das empresas Protege, Protege Segurança Eletrônica, Protege Serviços Especiais, Provig, Proair e Proforte - se tornou um dos principais gigantes do país oferecendo uma gama variada de soluções em segurança

Anna Carolina Ludendorff

Atuando fortemente no mercado desde 1971, o Grupo Protege iniciou suas atividades com a segurança privada. Ao longo dos anos, diversificou seus serviços e hoje abrange logística de valores, segurança patrimonial, segurança eletrônica, serviços aeroportuários e capacitação de profissionais de segurança.

O crescimento é motivo de orgulho para quem acompanhou de perto essa trajetória. Esse é o caso de Mário Baptista de Oliveira, diretor-geral

do Grupo e filho do fundador e presidente, Marcelo Baptista de Oliveira. “Estamos presentes em 20 estados, além do Distrito Federal. Construimos uma trajetória sólida que se mistura nos acontecimentos importantes da história recente do Brasil”, revela. Associado ao Sindesp-MG, o Grupo Protege tem como política interna a participação em sindicatos patronais. “A entidade tem funções de extrema importância. Dentre elas, a de defesa e representação dos direitos e interesses da categoria. Participar do Sindicato é contribuir com a união de



forças em prol da valorização da segurança privada – função cada vez mais exigida, principalmente nestes momentos de adversidade”, enfatiza o diretor.

O Grupo tem capital 100% nacional e é constituído por seis empresas: Protege, Proforte, Protege Segurança Eletrônica, Provig, Proair e Protege Serviços Especiais.

Com uma frota de mais de 1,8 mil veículos, as oportunidades de atuação do Grupo Protege foram expandidas operando também com o Carga Segura, transporte de produtos de alto valor agregado, como joias, eletrônicos e medicamentos.

Além disso, a empresa oferece soluções como Cofre Inteligente, que permitem a antecipação de numeração e a total visibilidade do fluxo de caixa das empresas em tempo real. “O sistema é on-line e integrado com o estabelecimento do cliente. O acesso ao valor depositado é feito apenas pelo Grupo Protege, e a abertura do cofre é feita por meio de fechadura eletrônica. Esses dispositivos garantem mais segurança aos negócios”, completa.

Valores Sólidos

Com 45 anos de mercado, o Grupo Protege é o responsável por controlar as empresas Protege, Protege Segurança Eletrônica, Protege Serviços Especiais,

Provig, Proair e Proforte. No total, são mais de 18 mil colaboradores que refletem um dos principais valores que regem a organização: o ser humano. “Tudo em nossa empresa envolve pessoas. Procuramos estabelecer uma relação de comprometimento com os clientes, colaboradores, fornecedores e com a sociedade de modo geral”, destaca Baptista de Oliveira.



Grupo Protege

Mário Baptista, diretor-geral do Grupo: "Somos uma empresa de valores sólidos. Nossos colaboradores passam por capacitação e recebem treinamento constante"



Proforte é uma das empresas do Grupo Protege.

CONVENÇÃO DE TRABALHO DEVE SER DO ESTADO ONDE O TRABALHADOR ATUA

A convenção de trabalho a ser aplicada é a vigente no estado onde o funcionário atua, não a estabelecida em outra unidade federativa e escolhida pela empresa para ser o padrão nacional. Com esse entendimento, a 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve decisão que reconheceu a um propagandista-vendedor as normas coletivas previstas para a categoria no Rio Grande do Sul, apesar de a empresa do ramo farmacêutico alegar que o contrato está vinculado apenas a convenções e acordos firmados em São Paulo, onde está sediada.

O relator do caso, ministro Walmir Oliveira da Costa, observou que o TST, em razão do princípio da territorialidade (artigo 8º, inciso II, da Constituição Federal), firmou entendimento de que a representação sindical, inclusive dos integrantes de categoria diferenciada, decorre do local da prestação dos serviços, independentemente de onde fica a sede da empresa. Ele também ressaltou que a empresa foi substituída na negociação coletiva pelo sindicato da indústria de produtos farmacêuticos do Rio Grande do Sul por explorar atividade econômica na região.

O propagandista ingressou com ação para receber adicional por tempo de serviço, diferenças salariais, participação nos lucros e resultados, auxílio-educação e outros direitos nos termos das

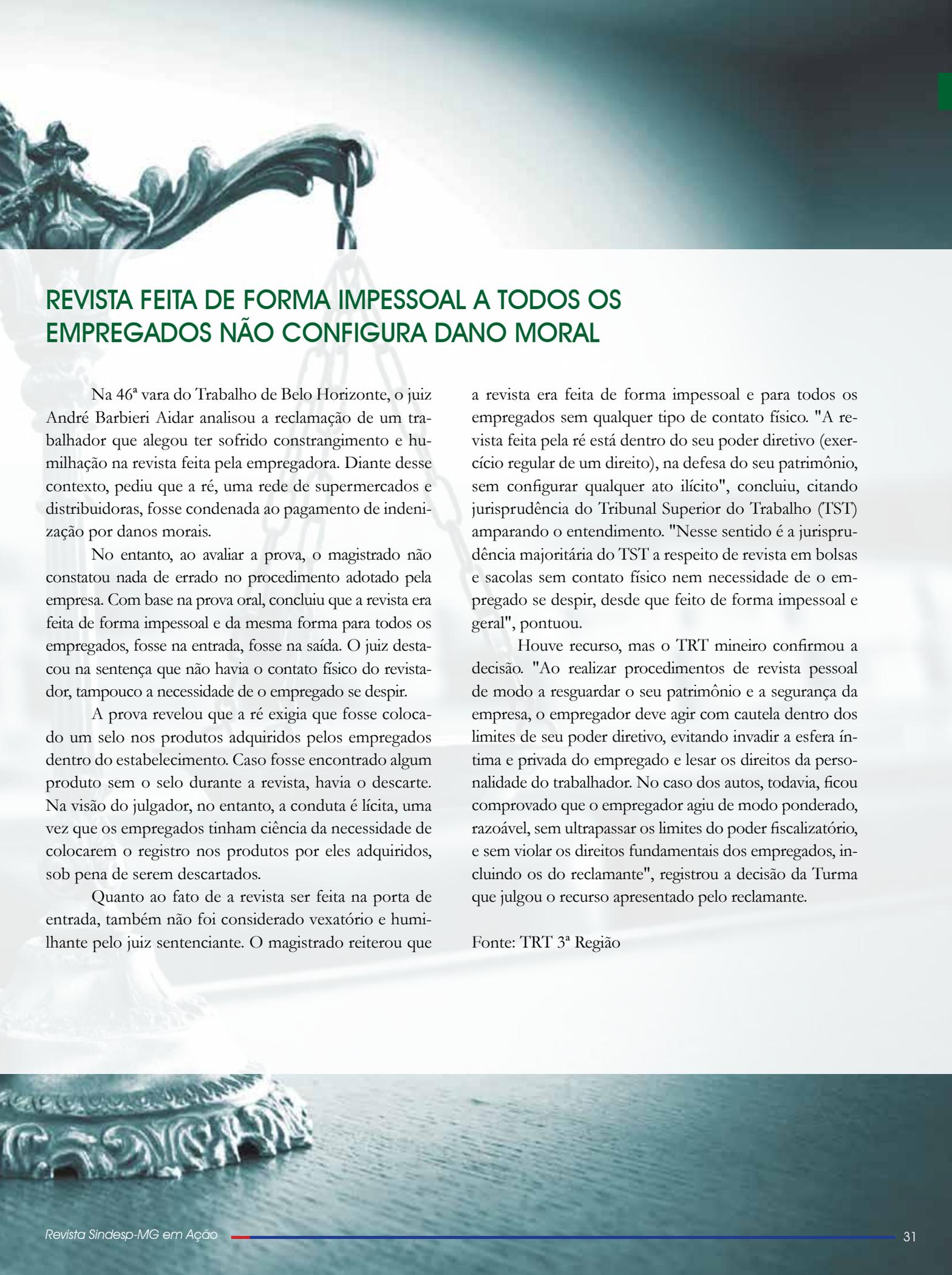
convenções coletivas feitas entre o sindicato dos propagandistas e vendedores de produtos farmacêuticos no RS (Sinprovergs) e o sindicato da indústria de produtos farmacêuticos no Rio Grande do Sul (Sindfar).

A empresa afirmou que aplica a seus empregados, em todo o Brasil, os instrumentos coletivos firmados entre sindicatos paulistas, a fim de manter a uniformidade salarial. Como os propagandistas-vendedores formam categoria profissional diferenciada (artigo 511, parágrafo 3º, da CLT), a empresa argumentou que nunca assinou a norma coletiva do Sinprovergs, nem por intermédio do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sindusfarma).

O juízo de primeiro grau e o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região julgaram procedentes os pedidos do vendedor. A sentença concluiu que o critério para selecionar a convenção aplicável é o local onde ocorre a prestação dos serviços. Apesar de a empresa não ter participado da elaboração das normas coletivas no Rio Grande do Sul, o trabalhador atuava naquele estado e nunca trabalhou em São Paulo.

Processo 90500-32.2007.5.04.0002

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho



REVISTA FEITA DE FORMA IMPESSOAL A TODOS OS EMPREGADOS NÃO CONFIGURA DANO MORAL

Na 46ª vara do Trabalho de Belo Horizonte, o juiz André Barbieri Aidar analisou a reclamação de um trabalhador que alegou ter sofrido constrangimento e humilhação na revista feita pela empregadora. Diante desse contexto, pediu que a ré, uma rede de supermercados e distribuidoras, fosse condenada ao pagamento de indenização por danos morais.

No entanto, ao avaliar a prova, o magistrado não constatou nada de errado no procedimento adotado pela empresa. Com base na prova oral, concluiu que a revista era feita de forma impessoal e da mesma forma para todos os empregados, fosse na entrada, fosse na saída. O juiz destacou na sentença que não havia o contato físico do revisador, tampouco a necessidade de o empregado se despir.

A prova revelou que a ré exigia que fosse colocado um selo nos produtos adquiridos pelos empregados dentro do estabelecimento. Caso fosse encontrado algum produto sem o selo durante a revista, havia o descarte. Na visão do julgador, no entanto, a conduta é lícita, uma vez que os empregados tinham ciência da necessidade de colocarem o registro nos produtos por eles adquiridos, sob pena de serem descartados.

Quanto ao fato de a revista ser feita na porta de entrada, também não foi considerado vexatório e humilhante pelo juiz sentenciante. O magistrado reiterou que

a revista era feita de forma impessoal e para todos os empregados sem qualquer tipo de contato físico. "A revista feita pela ré está dentro do seu poder diretivo (exercício regular de um direito), na defesa do seu patrimônio, sem configurar qualquer ato ilícito", concluiu, citando jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) amparando o entendimento. "Nesse sentido é a jurisprudência majoritária do TST a respeito de revista em bolsas e sacolas sem contato físico nem necessidade de o empregado se despir, desde que feito de forma impessoal e geral", pontuou.

Houve recurso, mas o TRT mineiro confirmou a decisão. "Ao realizar procedimentos de revista pessoal de modo a resguardar o seu patrimônio e a segurança da empresa, o empregador deve agir com cautela dentro dos limites de seu poder diretivo, evitando invadir a esfera íntima e privada do empregado e lesar os direitos da personalidade do trabalhador. No caso dos autos, todavia, ficou comprovado que o empregador agiu de modo ponderado, razoável, sem ultrapassar os limites do poder fiscalizatório, e sem violar os direitos fundamentais dos empregados, incluindo os do reclamante", registrou a decisão da Turma que julgou o recurso apresentado pelo reclamante.

Fonte: TRT 3ª Região

LEI QUE PROÍBE REVISTA ÍNTIMA REASCENDE A DISCUSSÃO NO ÂMBITO TRABALHISTA

Psicólogos afirmam que qualquer tipo de revista constrange muito. Para evitar problemas judiciais, especialista em Direito Trabalhista recomenda aos empregadores atenção redobrada para evitar o pagamento de indenizações por danos morais

Flávia Presoti

A Lei 13.271/2016 trata da proibição de revista íntima em funcionárias e em clientes do sexo feminino. A sanção que inclui empresas privadas e órgãos e entidades da administração pública reascende uma discussão pra lá de espinhosa.

De um lado estão as empresas que precisam seguir à risca as determinações da Lei para evitar multas. Elas precisam exercer o direito de proteção à propriedade do empregador. Do outro estão as mulheres (funcionárias ou clientes) que têm direito à privacidade.

"Íntima ou não, a revista é muito constrangedora. A prática desrespeita os direitos humanos". A opinião é da Doutora em Psicologia Social e do Trabalho, psicóloga do trabalho e professora no curso de Psicologia do Centro Universitário Una, Júlia Nogueira Dorigo.

Na opinião da especialista, a revista diária, principalmente no ambiente de trabalho, é muito desagradável. Qualquer pessoa que passe por revistas sofre algum tipo de constrangimento. "A pessoa fica mal; fica incomodada", diz.

Para Júlia, as empresas precisam buscar novas estratégias para fazer esse tipo de abordagem em funcionários e clientes. "As empresas não podem violar os direitos humanos. Isso é um desrespeito com o ser humano".

"É ruim ser visto como alguém que possa furtar alguma coisa da empresa". A lembrança é da Psicóloga Cognitivo-Comportamental Tatiana de Melo Pereira. "Isso atinge diretamente a personalidade de quem passa por uma revista e mexe com a honestidade, a conduta e o caráter humano. A revista atinge a autoestima do funcionário. A pessoa se sente violada. É uma invasão de privacidade, gera sentimentos diversos e não é nada agradável. Com os



meios tecnológicos disponíveis, como detectores de metal e câmeras de monitoramento, é possível que as empresas mantenham a segurança e evitem o constrangimento de funcionários", diz.

Mas a grande discussão é: as empresas podem revistar seus funcionários? O que é correto e incorreto do ponto de vista do Direito? É legal? Se pode, como deve ser aplicada a revista? Como as empresas devem se precaver para evitar problemas judiciais?

A advogada Kátia Gontijo Ferreira explica a diferença entre revista e revista íntima. Segundo a advogada, as empresas precisam entender a diferença entre ambas as práticas. "Buscando em qualquer dicionário, você pode verificar o significado das palavras. Revista é o ato ou o efeito de revistar, examinar de forma minuciosa, inspecionar. Ainda no âmbito jurídico, é um recurso na área trabalhista. E íntimo é aquilo muito de dentro, profundo. Pode ser também aquilo que penetra no corpo ou atua no interior do organismo. Por isso, considera-se revista íntima aquilo que examina de forma minuciosa o interior do corpo de uma pessoa. A lei usa o termo nesse sentido quando proíbe a revista das funcionárias e clientes".

A Lei 13.271/2016, que entrou em vigor em 18 de abril deste ano, veda a prática da revista íntima em mulheres nas repartições públicas e nas empresas, inclusive nos presídios. A norma prevê multa de R\$ 20 mil em caso de descumprimento, a ser revertida para órgãos de proteção dos direitos da mulher. É a primeira regra de alcance nacional sobre o tema.

Contudo, Kátia Gontijo acrescenta que, por ter alcance restrito às mulheres sem justificativa plausível, pode ter a constituciona-

lidade discutida. "Como todos são iguais perante a lei, a norma legal não deveria restringir a proteção considerando o sexo da pessoa e deveria estender a proibição de revista íntima a todas as pessoas, independentemente do sexo".

Os empregadores têm um princípio que é o poder diretivo, ou seja, pode determinar qual deve ser a direção que os seus subordinados devem tomar. Por isso, a advogada explica: "não se deve confundir a revista íntima com a revista pessoal, sem contato físico, como busca em bolsas e em pertences do empregado e da empregada. O procedimento deve ser exercido de modo impessoal, generalizado e não abusivo, isto é, sem violar a intimidade do trabalhador".

Kátia Gontijo destaca também: "há um aspecto que vários profissionais do direito questionam nos quatro artigos que compõem a lei: a revista está restrita a funcionárias, mas como ficam as mulheres prestadoras de serviços, as clientes, enfim o universo de mulheres que frequentam a empresa? Quem vai fiscalizar a aplicação da nova legislação e a aplicação da multa? Ainda é muito cedo para verificar os resultados".

O importante para a advogada é que os empregadores devem ter atenção redobrada para evitar pagar indenizações por danos morais, pois a revista íntima em funcionárias não deve ser feita. Contudo, nada impede que os empregadores redobrem os cuidados para evitar prejuízos, como a revista pessoal nos pertences de todos os funcionários, podendo usar mecanismos mais modernos, como é feito em aeroportos".

A advogada Kátia Gontijo ressalta que tal prática já era repudiada pela Justiça Trabalhista e pelo Ministério Público do Trabalho, com aplicação de indenizações e multas por dano moral coletivo aos empregados. "Mas, desde abril deste ano, há base legal para aplicação de multa, no caso de fiscalização e desrespeito à legislação", complementa.

O PRECONCEITO QUE MATA

De acordo com dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca), o câncer de próstata é considerado o segundo mais comum na população em todo o mundo. A doença ocupa a 15ª posição em mortes por câncer em homens

Flávia Presoti

Ao contrário das mulheres que cuidam da saúde com zelo e procuram com frequência o ginecologista para exames preventivos, ainda é grande o número de homens brasileiros que precisam se conscientizar, deixar o preconceito de lado e ir ao urologista. Infelizmente o preconceito ainda afasta muitos homens da prevenção. A falta de tempo ou a distância dos grandes centros também é desculpa para adiar a ida ao urologista. Mas o que alguns ainda não sabem é que o câncer de próstata, se diagnosticado precocemente, tem cura.

Uma pesquisa realizada pela Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) revela que a maioria dos homens brasileiros (51%) não vai ao médico regularmente.

Dados do Inca preveem 61,2 mil novos casos de câncer de próstata no Brasil, em 2016. Esses valores correspondem a um risco estimado de 61,82 casos novos a cada 100 mil homens.

Se deixado de lado o preconceito do exame de toque retal, acredita-se que o número de vítimas de câncer de próstata pudesse ser menor.

O urologista e preceptor da residência de Urologia do Hospital da Baleia em Belo Horizonte (MG) Carlos Fabrício Sousa de Almeida explica que a melhor prevenção é o diagnóstico precoce. O procedimento pode ser feito pelo exame de toque retal associado a um exame periódico de sangue (dosagem do antígeno prostático específico, mais conhecido como PSA).

“Com cuidados preventivos e a ida frequente ao urologista, é possível detectar a doença em estágio inicial. Nesses casos, a chance de



Carlos Fabrício: "Com cuidados preventivos e ida frequente ao urologista, é possível detectar o câncer de próstata em estágio inicial."

cura aumenta em 90%. O câncer de próstata é uma doença silenciosa. Os sintomas só aparecem quando esse mal atinge um estágio avançado em que as chances de cura são menores”.

Ao contrário do que muitos pacientes imaginam, o médico comenta que existe câncer de próstata com PSA baixo. “O câncer de próstata com PSA baixo pode ser característico de tumores mais agressivos que infelizmente se espalham com maior rapidez, diminuindo as chances de cura”.

O toque retal, esclarece o urologista, é rápido. É por meio desse exame que o médico consegue identificar o volume, a consistência, a

presença de nódulos e a sensibilidade (quando aumentada pode ser sinal de uma inflamação) da glândula. A mobilidade da próstata ao toque ajuda, inclusive, a definir a estratégia de tratamento e se há indicação para cirurgia ou não.

A próstata é uma glândula acoplada à base da bexiga e em frente ao reto. Seu tamanho muda com a idade. Em homens mais jovens, é do tamanho aproximado de uma noz. Em idosos pode ser muito maior. Atrás da próstata ficam as glândulas chamadas vesículas seminais, que produzem a maior parte do líquido do sêmen. A uretra, que transporta a urina e o sêmen para fora do corpo pelo pênis, passa pelo centro da próstata”.

O urologista Carlos Fabrício se atualiza permanentemente em cursos no Brasil e até no exterior. Ele afirma que é cada vez mais comum encontrar pacientes que o procuram por conhecer pessoas do seu ciclo de amizade ou parentesco que têm ou já tiveram a doença.

Na opinião do especialista, as campanhas de conscientização têm surtido efeito, mas ainda há muito a ser feito para que os homens deixem o preconceito de lado e procurem ajuda médica.

Dentre os fatores de risco do câncer de próstata, o urologista cita a idade avançada, o tipo de alimentação, o histórico familiar e a raça negra como os mais relevantes. “A maioria dos cânceres de próstata é diagnosticada em homens acima dos 65 anos. O diagnóstico de casos em homens com menos de 50 anos está abaixo de 1%”.

A ida ao urologista é indicada a partir dos 50 anos para pacientes que não têm histórico familiar e 45 anos para aqueles que apresentam alguma história na família. “O preconceito com

o exame de toque retal ainda é forte no Brasil, mas o cenário tem mudado graças ao incentivo de muitas esposas que cuidadosamente, em muitos casos, são as responsáveis por marcar a ida do marido ao urologista”.

“Em fase avançada, a doença pode provocar micção frequente e dificuldade de esvaziar a bexiga. Quando a doença está espalhada, o paciente pode sentir fraqueza ou dormência nas pernas, anemia e perda do controle da bexiga ou do intestino devido à pressão do tumor da medula espinhal. A urina também pode se tornar fraca ou com jato interrompido e o líquido seminal pode apresentar manchas de sangue. Outros sintomas são dores nos ossos, nas costas, no quadril, nas coxas e nos ombros.

A prevenção da doença está ligada diretamente à ida ao urologista. “A minha preocupação é com a promoção da saúde e a prevenção de doenças. No meu ponto de vista, a avaliação da próstata é apenas o primeiro passo para uma abordagem mais ampla da saúde do homem. Por isso, frequentemente incluo exames mais abrangentes, como os testes hormonais, a avaliação lipídica (gordura no sangue) e testes de função renal, além de sempre abordar aspectos da sexualidade masculina”, afirma o urologista.

O presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC), Dr. Gustavo dos Santos Fernandes, também vê o exame de prevenção como extremamente importante, principalmente porque, em estágio inicial, o câncer geralmente não manifesta sintomas. O excesso de peso corporal e uma dieta rica em carne vermelha também são lembrados por ele como fatores de risco de desenvolver esse tipo de câncer.



DESCANSO E DIVERSÃO EM APENAS UM LUGAR

Capitólio fica a 280 quilômetros da capital mineira e oferece atividades e programas para todos os gostos

Yan Fernandes

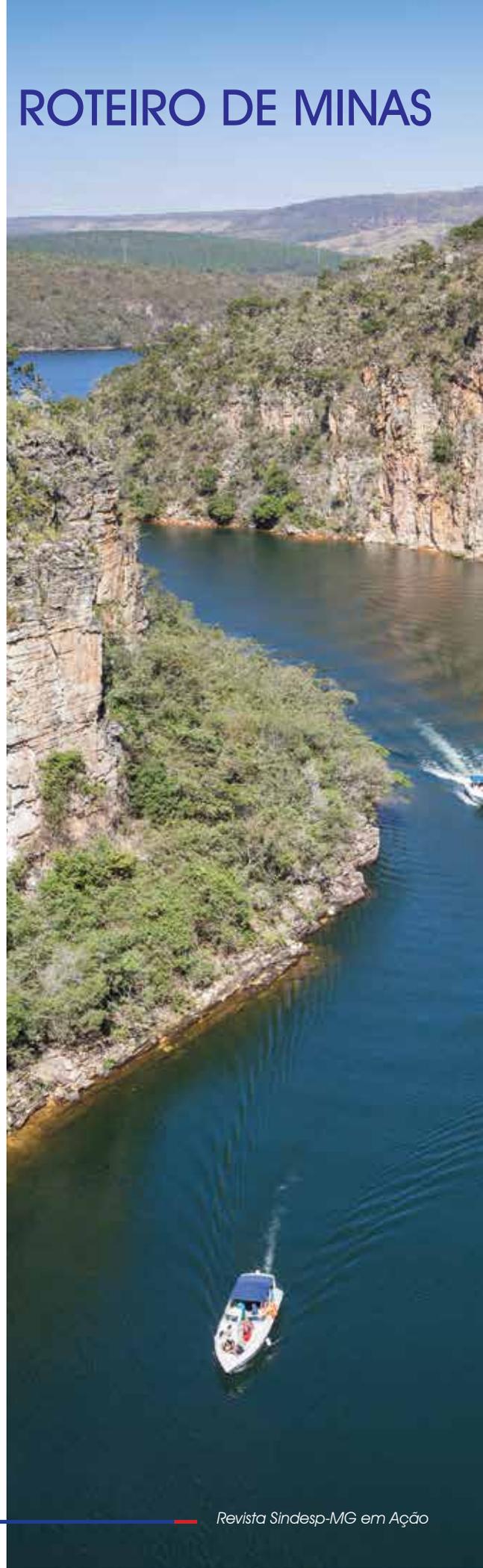
Quem gosta de interior, paisagens naturais, cachoeiras, esportes náuticos, muita gente bonita e festas pra lá de badaladas vai adorar a cidade de Capitólio em Minas Gerais. Com muita hospitalidade e solidariedade de sua população de quase 7 mil habitantes, o município é conhecido por suas obras sociais, como o Lar de São Vicente, onde a comunidade, há mais de 50 anos, assiste os menos favorecidos. A Igreja Matriz, cuja praça tem arquitetura medieval, é histórica (de 1947).

O povo celebra a Semana Santa com encenação da vida, paixão e morte de Cristo, a procissão do Senhor Morto e a Santa Missa da Ressurreição. A prainha de Capitólio, suas lojinhas de artesanato, os elogiados alambiques de cachaça da roça e as fabriquetas de queijo minas são pontos turísticos que realmente merecem ser visitados.

Outra atração de Capitólio é Escarpas do Lago – balneário localizado às margens do Lago de Furnas. Conhecido como mar de Minas, lá é um excelente lugar para quem deseja desfrutar de paisagens naturais, cachoeiras, esportes náuticos e baladas.

O balneário tem casas de alto padrão, restaurantes, bares, hotel, clube e uma marina considerada a maior fluvial do país. É um tipo de condomínio ideal para descansar ou até mesmo aproveitar com os amigos o agito do local.

Escarpas tem diversas atrações especiais que vão encantar casais e quem vai com grupo de





amigos. O passeio de barco é uma delas: excelente opção para quem gosta de nadar e tomar deliciosos drinks e se aventurar em atividades radicais, como andar de jet ski, Wake Board, esqui e se divertir com as famosas boias puxadas pelas lanchas. Para os amantes de cachoeira vale visitar os Canyons, grandes paredões rochosos (com mais de 20 metros de altura) cheios de reentrâncias formadas pela ação do rio e de outros fatores, como o movimento de placas da crosta terrestre.

No quesito gastronomia, o Pier JTR é excelente. Localizado no condomínio Terramare, o restaurante conta com uma superestrutura para receber barcos. No cardápio, o visitante pode se deliciar com a traíra, peixe da região servido à moda paraense. As iscas de tilápia e patinhas de caranguejo também são imperdíveis. Outras ótimas opções são os drinks criativos, que levam diversas frutas frescas e bem saborosas. Aos sábados, o estabelecimento oferece uma programação especial com música ao vivo que acaba virando uma balada sunset bem animada.

Além do JTR, dentro de escarpas tem o restaurante Chico Pintado, com pratos deliciosos. Uma dica maravilhosa é tomar café da manhã no Armazém São Jorge, que conta com buffet com muitas variedades. A região também oferece diversos estabelecimentos com comida mineira, doces caseiros, linguiças e queijos típicos do estado.

Para se hospedar, o melhor mesmo é juntar a turma e alugar uma casa. Mas para quem prefere as comodidades de um hotel, a região tem muitos hotéis de luxo e com preços bem acessíveis. As melhores datas para ir até Escarpas são o Réveillon, Carnaval e a Semana Santa. Nessas épocas, o local oferece grandes festas promovidas pela Escarpas Folia Sertaneja e o Carnapitório.

O município de Capitólio fica a 280 quilômetros de Belo Horizonte e a 475 de São Paulo. Para ir da capital mineira, é só pegar a MG-050. O balneário Escarpas do Lago também conta com estrutura de heliponto e pistas de pouso para aeronaves de pequeno porte nas imediações.

JABUTICABA NA CULINÁRIA É SINÔNIMO DE VERSATILIDADE E SABOROSOS PRATOS

Flávia Presoti

Se você é fã de gastronomia, saiba que bem pertinho da capital mineira, na cidade histórica de Sabará (MG), você encontra vários derivados da jabuticaba para uso na culinária. Tem desde geleias, licores, aguardentes, passas, mostarda, chutney até farinha de jabuticaba.

Fruta nativa da Mata Atlântica brasileira, a jabuticaba surge nos meses de agosto a setembro e de janeiro a fevereiro. Então, o que você está esperando para preparar um saboroso acompanhamento para carnes assadas com chutney de jabuticaba? Confira a receita da chef Rosilene Campolina.

Chutney de Jabuticaba

Rendimento: 650g

(Adequado para 800g de carne)

Ingredientes

- 500 g de cascas de jabuticabas lavadas e higienizadas (sem os caroços)
- 80 g de açúcar mascavo
- 20 ml de óleo de coco extravirgem
- 2 dentes de alho bem repicados
- 60 g de mel silvestre
- 50 ml de vinagre (pode ser de jabuticaba, maçã ou arroz)
- 10 ml de suco de limão
- 15 g de gengibre ralado ou o próprio suco
- 1 colher (chá) de cravo-da-índia em pó
- 5 bagas de cardamomo (especiaria indiana)
- 1 anis estrelado
- 1 pau de canela
- 20 ml de licor de jabuticaba Sabor da Terra

- Sal e pimenta vermelha desidratada (tipo calabresa) a gosto
- 1 folha de louro
- 1 litro de água filtrada para cozimento
- 2 colheres (sopa) de amido de milho
- 10 g de sementes de mostarda (finalizar)
- Flor de Sal brasileira Cimsal para finalizar

Modo de Preparo:

Aqueça o óleo de coco ou o azeite e doure o alho numa panela de fundo grosso. Acrescente os demais ingredientes (exceto o suco de limão) com as especiarias. Deixe cozinhar (mexendo sempre) até que as cascas de jabuticabas fiquem bem macias (cerca de 1 hora). Dissolva o amido em ½ xícara d'água e junte ao chutney; acrescente o suco de limão aos poucos e corrija o nível de acidez e de açúcar. Acerte o tempero com uma pitada de sal e pimenta vermelha. Retire as especiarias e sirva com a carne assada.

Acompanha farofa de talos de couve. Confira a receita da farofa no portalgastromico@chefachef.com.br, da Chef e professora do curso de gastronomia da Una Rosilene Campolina

Gestão Portas Abertas: compromisso com a transparência

Videoconferência inaugura nova fase
e amplia os canais de participação



Conselho de Administração
bem mais perto do empresário

**SERVIÇO EXCLUSIVO PARA
EMPRESAS ASSOCIADAS.**

CADASTRE-SE E PARTICIPE!

institucional@seacmg.com.br
Mais informações:
31 3278.3008



SEAC-MG

*Sindicato das Empresas de Asseio e
Conservação do Estado de Minas Gerais*
ISO 9001 :2008, Desde 12/2008.
Filiado à Febrac

EMPRESAS ASSOCIADAS AO SINDESP-MG



www.anjosdaguarda.com.br



www.ebseg.com.br



www.cepavcurso.com.br



www.escolamineira.com.br



www.grupoesquadra.com.br



www.fortebanco.com.br



www.fidelys.com.br



www.rodoban.com.br



www.globalsegmg.com.br



www.grupojr.com.br



www.grupogp.com



www.grupomagnus.com.br



SEGURANÇA

www.gvs3.com.br



www.segex.com.br



www.macor.com.br



PROTEGER E SERVIR

www.mgseg.com.br



www.minasguarda.com.br

NEXUS
VIGILÂNCIA

gerencia.rh@vigiminas.com.br



www.grupoperfect.com.br



www.plantaovigilancia.com.br



www.grupofb.com.br



www.proforte.com.br



www.prosegur.com.br



www.segurancatratex.com.br



Triáde
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA

www.g3servicos.com.br



www.conserbras.com.br

Venha para um grupo forte



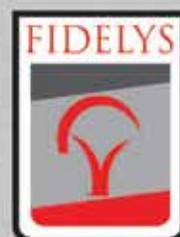


**Grupo
FORTEBANCO®**



Belo Horizonte: Rua Divinópolis, 166 - Santa Tereza
Fone: 31 3507 4770

São Paulo: Rua Conde Prates, 874 - Parque Mooca
Fone 11 2601 1100



Transporte de Valores
Rua Turmalina, 34 - Prado
Belo Horizonte - MG
Fone: 31 2514 0005



ENESP

Encontro das Empresas
de Segurança Privada

27 E 28
OUTUBRO DE 2016

HOTEL OURO MINAS

AV. CRISTIANO MACHADO, 4001
IPIRANGA - BH/MG

PROGRAMAÇÃO

27 DE OUTUBRO • QUINTA-FEIRA

14:30 | Credenciamento

15:30 | Abertura

16:00 | **CONTROLE DA SEGURANÇA PRIVADA E GESP**

DR. LICÍNIO NUNES M. NETTO

Chefe da Divisão de Processos Autorizativos de
Segurança Privada - CGCSP/DIREX/PF

Professor de Segurança Privada na Academia Nacional
de Polícia

17:15 | Coffee Break

17:45 | **A ATIVIDADE EMPRESARIAL NO BRASIL - Entraves
do presente e oportunidades para o futuro**

DR. DANILO DE ARAÚJO CARNEIRO

Juiz do TRE - ES

Advogado, Representante da OAB - ES

19:00 | **LANÇAMENTO DA CARTILHA "Como contratar
Segurança Privada Legal e Qualificada"**

28 DE OUTUBRO • SEXTA-FEIRA

09:30 | **ANÁLISE DE RISCOS**

TÁCITO AUGUSTO SILVA LEITE

Especialista em Gestão de Riscos de Segurança
Autor do livro: "Gestão de Riscos na Segurança
Patrimonial"

10:15 | Coffee Break

10:45 | **VENDAS DE ALTO IMPACTO - Perca o negócio
mas não perca no negócio!**

RODRIGO LANG

Especialista em Gestão de Corte de Custos e
Maximização de Resultados
Palestrante nas áreas de Empreendedorismo,
Vendas e Motivação Empresarial

12:00 | Encerramento

Promoção:



Realização:



INSCRIÇÕES PELO E-MAIL marketing@sindesp-mg.com.br

• Inscrições gratuitas para empresários e profissionais ligados ao segmento de Segurança Privada.

• Vagas limitadas para demais interessados.